**CHECKLIST**

**CELEBRAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO**

**COM MUNICÍPIOS**

Concedente: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Convenente: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Número do Convênio: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Processo nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Valor R$: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data do Pagamento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Convênio:** Acordo que disciplina a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas no orçamento do Estado do Tocantins e tenha como partícipes de um lado órgãos e entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, e, do outro lado, órgão ou entidade da administração pública municipal, direta ou indireta, visando a execução dos programas de governos previstos no plano plurianual e no orçamento anual, de forma a efetivar a execução de ações, sendo elas, projeto ou atividade que contribuam para o alcance dos objetivos dos programas. Instruída pelo Decreto Federal nº 6.170/2007; pela Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa do TCE/TO nº 004/2004 e Decreto Estadual nº 5.815/2018.

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Exigências na Formalização de Procedimentos para****Celebração de Convênios** |  | **Responsável** | **S/N/NA** | **Folha** |
| **FASE DE SOLICITAÇÃO** |
| 1. O processo foi autuado, no sistema de Gestão de Documentos – SGD, no formato digital? (art. 9º do Decreto Estadual nº 5.490/2016 c/c arts. 50 e 51 do Decreto Orçamentário nº 6.597/2023 e art. 38, caput, da Lei Federal nº 8.666/93)
 |  |  |  |  |
| 1. Consta nos autos **Ofício** endereçado ao Secretário de Estado, **manifestando interesse** em realização do convênio? (art. 5º e 6º, da Lei Federal nº 9.784/99)
 |  |  |  |  |
| **FASE DE CADASTRAMENTO** |
| 1. Os documentos exigidos para o **cadastramento[[1]](#footnote-1)** encontram-se atualizados na celebração do convênio? (art. 4º, § 1º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |  |
| 1. cópia do cartão do **Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas – CNPJ**, endereço, telefone e endereço eletrônico. (art. 29, inc. I e II da Lei Federal nº 8.666/93; art. 4º, §2º, inc. I do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |  |
| 1. **Certidão de Regularidade** com as Fazendas? (art. 29, inc. III, IV e V da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 195, §3º, da CF e Art. 2º, da Lei Federal nº 9.012/95; art. 4º, §2º, inc. II e III do Decreto Estadual nº 5.815/18).

- Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;- Certidão Negativa Débito Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da organização social);- Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. |  |  |  |  |
| 1. Consta **Certidão de adimplência** relativa à prestação de contas dos recursos **recebidos** anteriormente, de acordo com a LDO para o exercício? (Art. 25, § 1º, inc. IV, alínea “a” da LC nº 101/2000; art. 3º, § 2º, inc. V e art. 18 da IN-TCE/TO nº 004/2004; art. 4º, §2º, inc. IV do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Apresentou cópia dos **documentos do Prefeito ou gestor da** entidade**?** (RG, CPF, Comprovante de Endereço, Ato de Posse e o diploma) (Art. 4º, §2º, inc. V e VI do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Apresentou **Certidão Negativa do Tribunal de Contas** para comprovação dos requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF? (art. 4º, §2º, inc. VII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. O município apresentou o endereço do site do Portal da Transparência próprio, disponibilizando de forma atualizada as informações referentes às despesas e receitas públicas, conforme instrui o art. 73-C da LC nº 101/2000? (art. 4º, §2º, inc. VIII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Apresentou cópia do comprovante do número de habitantes emitido por instituição oficial? (art. 4º, §2º, inc. IX do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta comprovação de que o convenente está cumprindo com os **limites** constitucionais **relativos à educação e a saúde**, conforme inciso VI, §2º, art. 3º, da IN-TCE/TO nº 04/2004, c/c alínea “b”, IV, §1º, art. 25, LC nº 101/2000? (art. 50 e Parágrafo único do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta nos autos documento que comprove que o beneficiário cumpriu com os **limites relativos às dividas consolidada e mobiliária,** operações **de crédito, inclusive por antecipação de receita, inscrição em restos a pagar e despesa total com pessoal** conforme inciso VII, §2º, art. 3º, da IN-TCE/TO nº 04/2004, c/c alínea “c”, IV, §1º, art. 25, LC nº 101/2000?
 |  |  |  |
| **FASE DA PROPOSTA** |
| 1. O Plano de Trabalho e todas as peças que o integram (ou agregam), consta com o status **APROVADO[[2]](#footnote-2)**, no sistema de **Acompanhamento** de Convênios e Parcerias? (art. 116, §1º da Lei Federal nº 8.666/93; art. 5º e art. 11, inc. I do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. O proponente apresentou o Plano de Trabalho conforme modelo **padronizado** no endereço [www.cge.to.gov.br/modelos](http://www.cge.to.gov.br/modelos) com as seguintes informações: (art. 6º “caput” do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. **As razões** apresentadas para a celebração do convênio **justificam** a sua necessidade? (art. 6º, inc. I do Decreto estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A descrição completa do **objeto** a ser executado consta descrito de forma concisa e padronizada, e, no caso de obras, instalações ou **serviços**, será integrado o projeto básico ou termo de referência? (art. 14, caput e art. 7º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; art. 6º, inc. II, §1º e art. 10, § 2º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. As descrições das metas qualitativas e quantitativas a serem atingidas e as definições das etapas ou fases da execução, consta com respectivos prazos de execução do objeto, com previsão de início e fim? (art. 3º, §1º, inc. II, e alínea “c”, art. 4º da IN TCE nº 004/2004; art. 6º, inc. III e IV do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta Declaração de compatibilidade de custos e mapa de preços, elaborado pelo responsável da entidade, indicando com a pesquisa prévia[[3]](#footnote-3) de mercado a cotação mais vantajosa para execução do objeto proposto, a fim de comprovar os valores demandados, com efetiva constatação do preço real praticado no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade? (art. 15, inc. V, da Lei Federal nº 8.666/93; art. 45 da PI MPDG nº 424/16; art. 6º, inc. V do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. O **cronograma** de execução do objeto, o cronograma de desembolso e o plano de aplicação dos recursos solicitados e a **contrapartida,** **financeira ou não,** do Município, quando houver, estão definidos para cada projeto ou evento **de forma clara e suficiente**? (art. 4º, inc. I, alíneas “e’ e “f” da IN TCE nº 004/2004; art. 6º, inc. VI e VII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta discriminado a estimativa dos recursos financeiros, especificando o valor de cada parcela e o montante dos recursos a ser repassado pela Administração? (art. 6º, inc. VIII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Informar à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto, quando for o caso, indicação de um responsável que acompanhara a obra ou serviço de engenharia? (art. 7º, § 5º, inc. II da PI MPDG nº 424/16; art. 5º, inc. IV IN/TCE nº 004/2004; art. 6º, inc. IX do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. O plano de trabalho deverá ser acompanhado de orçamento detalhado, termo de referência ou projeto básico de reforma ou obra, licenças ambientais pertinentes, escritura do imóvel e demais documentos relacionados ao objeto do convênio? (art. 6º, §2º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Quando o convênio envolver necessidade de elaboração de projeto básico, e este for custeado por recursos oriundos do convênio, há que ser observado o limite de 5% (cinco por cento) de desembolso da concedente voltada para a elaboração do projeto básico? (art. 10, §§ 4º, 5º e 6º do Decreto Estadual nº 5.815/18).
 |  |  |  |
| 1. Tratando-se de execução de obras e ou serviços de engenharia, recuperação, reforma ampliação, conservação e construção foram apresentados os seguintes documentos:
 |
| 1. O objeto que exijam estudos ambientais, consta **licença ambiental ou autorização ambiental,** na forma disciplinada as Resoluções do CONAMA nº 237/97 e do COEMA/TO 7/2005 previsto na Lei nº 6.938/81? (art. 11, inc. V do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão[[4]](#footnote-4) emitida pelo cartório de registro de imóveis competente? (art. 23, inc. IV da PI MPDG nº 424/16; art. 4º, inc. XIX e da IN/TCE nº 004/2004; art. 11, inc. VI do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Será exigido o projeto básico, projeto executivo e memorial descritivo, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, envolvendo técnica, custo, fases, etapas e prazos de execução? (art. 6º, Inc. IX da Lei Federal nº 8.666/93; art. 6º, § 5º da PI MPDG nº 424/16; art. 5º, inc. I e II da IN TCE/TO nº 004/04; art. 10, “caput” e §1º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta Declaração do Convenente quanto aos recursos referentes à contrapartida[[5]](#footnote-5) para complementar a execução do objeto, quando previstos, devidamente assegurado? (Inc. VI e VII, § 1º, art. 3º, da IN TCE nº 004/2004; art. 9º, §3º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta comprovante de **abertura de conta bancária** específica para o convênio, com o número da conta e agência bancária? (art. 4º, inc. VII da IN TCE nº 004/04; art. 11, inc. III do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Os documentos foram incluídos e assinados eletronicamente pelo servidor responsável pela inclusão no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SGD? (art. 4º, § 8º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| **FASE DE AUTORIZAÇÃO** |
| 1. Consta **Parecer Técnico**[[6]](#footnote-6) da concedente concluindo pela possibilidade de celebração do convênio, caso tenha ressalvas, o administrador público cumpriu o que houve sido ressalvado ou mediante ato formal, justificou as razões pelas quais deixou de fazê-lo? (LDO vigente ao exercício a que se destina; art. 14, “caput” e art. 32, § 1º do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. No caso de a concedente identificar irregularidades ou imprecisões no plano de trabalho, e/ou em todas as peças que o agregam, o proponente se manifestou sanar no prazo estipulado os ajustes solicitados? (art. 20, § 3º da PI MPDG nº 424/16; art. 7º, inc. II, alíneas “a” e “b” do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta **Detalhamento de Dotação Orçamentária** – DD? **Para cobrir a despesa** com a celebração do Termo, como consta no art. 60, da Lei Federal nº 4.320/64 c/c à LDO para o exercício a que se destina? (art. 7º, inc. I, alínea “a” e art. 11, inc. IV do Decreto Estadual nº 5.815/18 e Decreto de Execução Orçamentário-financeira vigente)
 |  |  |  |
| 1. A celebração do convênio foi **autorizada pelo Ordenador de Despesas do órgão concedente**, como cumprimento do ato inicial do procedimento de execução de despesa, tal qual consta no art. 16 do Decreto Estadual nº 5.815/18 c/c o Decreto Estadual nº 4.029/2010?
 |  |  |  |
| **FASE DE FORMALIZAÇÃO** |
| 1. Constam como Cláusulas obrigatórias para formalização da **minuta do Termo de Convênio em consonância com o Plano** de **trabalho**: (visando a padronização do instrumento)
 |
| 1. No **preâmbulo** do Termo de Convênio, consta a numeração sequencial[[7]](#footnote-7), a denominação completa dos partícipes e do interveniente, quando houver, a indicação dos dispositivos legais e a execução às normas das leis em vigor? (art. 26 da PI MPDG nº 424/16; art. 12 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. O objeto, a finalidade e seus elementos característicos, consta com a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa, do que se pretende realizar ou obter do objeto e seus elementos característicos, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição? (art. 27, inc. I da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. I do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. As obrigações de cada um dos partícipes, do interveniente, quando houver, a contrapartida, se prevista? (art. 13, inc. II e III do Decreto Estadual nº 5.815/18).
 |  |  |  |
| 1. A vigência do convênio, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas, vedado a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos? (art. 27, inc. V da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. V do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A obrigação de a concedente prorrogar "de ofício" a vigência do convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado? (art. 27, inc. VI da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. VI do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número e data da nota de empenho – NE e declaração de que, em termos aditivos ou apostilas, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro[[8]](#footnote-8), que serão classificados[[9]](#footnote-9) obrigatoriamente, para efeitos contábeis? (art. 13, inc. VII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. O cronograma de desembolso e o valor total conforme o Plano de Trabalho, incluindo os recursos da contrapartida pactuada, quando houver? (art. 13, inc. VIII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A obrigatoriedade do concedente manter o cadastro do convenente atualizado? (art. 13, inc. IX do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Nos casos previstos de restituição dos recursos, consta indicação da conta bancária para o recolhimento? (art. 27, inc. XI da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. X do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A obrigação do convenente de manter e movimentar os recursos na conta bancária[[10]](#footnote-10) específica? (art. 116, § 4º da Lei nº 8.666/93; art. 27, inc. XIII da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XI e art. 29, §1º, inc. I e II do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direito remanescentes na data da conclusão ou extinção do convênio e que, em razão da execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública? (art. 27, inc. XIV da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XII e XIII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada, com a indicação do Fiscal de Convênio e meios físicos, financeiros e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de outros órgãos ou entidades, nos termos previsto no § 3º do art. 55 da PI MPDG nº 424/16?[[11]](#footnote-11) (art. 27, inc. XV da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XIV do Decreto Estadual nº 5.815/18 e LDO vigente ao exercício a que se destina)
 |  |  |  |
| 1. O livre acesso[[12]](#footnote-12) dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes e os do controle interno, bem como do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, e às informações relacionadas ao termo do convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto? (art. 27, inc. XVI e XX da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XV do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Definir as situações motivos[[13]](#footnote-13) que ensejam a denúncia ou a rescisão do convênio? (art. 13, inc. XVI e art. 37 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A faculdade dos partícipes rescindirem o convênio, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias? (art. 27, inc. XVII da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XVII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A previsão de extinção obrigatória do instrumento em caso de o projeto básico ou termo de referência não ter sido aprovados ou apresentado no prazo estabelecido (na hipótese de haver cláusula condicionante), quando for o caso? (art. 27, inc. XVIII da PI nº 424/16; art. 10, § 3º e art. 13, inc. XVIII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução do convênio, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública? (art. 27, inc. XIX da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XIX do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A obrigação do convenente de prestar contas dos recursos recebidos e devolver os saldos remanescentes, com definição de forma, metodologia e prazos estipulados? (art. 116, § 6º da Lei Federal nº 8.666/93; art. 27, inc. XXIV e XXVII da PI MPDG nº 424/16; art. 13, inc. XX e XXI do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Quando houver, definir as obrigações da unidade executora? (art. 13, inc. XXII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A obrigação da concedente de dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas? (art. 13, inc. XXIII do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A obrigação[[14]](#footnote-14) da concedente em notificar o convenente previamente, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do convênio? (art. 13, inc. XXIV do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. A vedação para o convenente de estabelecer subconvênio, subcontratação ou equiparados com outros órgãos entidades ou organizações da sociedade civil? (art. 13, inc. XXV do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta definido as competências e responsabilidades do concedente? (art. 6º da PI MPDG nº424/16, art.13 inciso II do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta inseridas as competências e responsabilidades do convenente? (art. 7º da PI MPDG nº 424/16, art.13, inciso II do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta definido a previsão da dedução do valor total do recurso da parceria para realizar despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização e acompanhamento, descrita no Plano de trabalho? (LDO vigente, art. 39, § 4º do Decreto Estadual nº 5.816/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta a previsão da obrigação de o convenente manter os documentos relacionados a execução do convênio pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas? (art. 4º, § 3º da PI MPDG nº 424/16, art.43 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta previsão de que o termo do convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente **formalizada e justificada**, a ser apresentada à concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado, vedado a alteração do objeto aprovado? (art. 36 PI MPDG nº 424/16; art. 20 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| **FASE DE CONTRATUALIZAÇÃO** |
| 1. Consta autorizada e a liberação da **Nota de Empenho - NE** que garanta as despesas previstas para o exercício corrente? (Decreto de Execução Orçamentário-financeira vigente; art. 7º, inc. I, alínea “b” do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta **Parecer Jurídico**[[15]](#footnote-15) do termo do convênio e os respectivos termos aditivos, quando for o caso, previamente examinados e aprovados pelo **Jurídico** do Órgão ou pela Procuradoria Geral do Estado, conforme o caso? (Decreto de Execução Orçamentário-financeira vigente; art. 38, inc. VI, da Lei Federal nº 8.666/93; art. 14, §2º e art. 22 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. **22.** O **original do Termo do Convênio** foi assinado[[16]](#footnote-16) pelas partes, estando todas devidamente qualificadas, como cumprimento do ato inicial do procedimento de execução de despesa, tal qual consta no Decreto Orçamentário vigente? (art. 15 e 16 do Decreto Estadual nº 5.815/18 c/c o Decreto Estadual nº 4.029/10)
 |  |  |  |
| 1. O extrato do convênio (art. 62, da Lei Federal no 8.666/93) foi **publicado[[17]](#footnote-17)** no DOE e seu comprovante foi anexado ao processo? (art. 61,parágrafo únicoda Lei Federal nº 8.666/93; art. 17 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| **FASE DE EXECUÇÃO DO CONVÊNIO** |
| 1. Consta a publicado[[18]](#footnote-18) a designação do **fiscal de contrato** que deverá acompanhar a execução do objeto, no DOE no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do convênio? (art. 67, Lei Federal nº 8.666/93; art. 34 do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta o encaminhamento da comunicação[[19]](#footnote-19) que a concedente procedeu dando ciência da assinatura do Convênio para a **Assembleia** Legislativa **e o Tribunal de Contas do Estado**? (art. 116, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93; art. 19 e paragrafo único do Decreto Estadual nº 5.815/18)
 |  |  |  |
| 1. Consta a **Nota de Liquidação** **–** **NL e Programa de Desembolso – PD,** com a descrição clara e sucinta do ato realizado? (art. 9º do Decreto nº 5.942/19 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/64)
 |  |  |  |
| 1. Consta **autorização de pagamento** devidamente preenchida e assinada pela autoridade? (art. 66, inc. III e art. 26 do Decreto Orçamentário nº 6.597/2023)
 |  |  |  |

**Apontamentos:**

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

**Assinatura e Matrícula do Servidor**

1. O **cadastramento** deverá ser realizado no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias, no endereço <http://convenio.to.gov.br/Account/Login.aspx>[,](http://www.gestao.cge.to.gov.br/convenioseparcerias) ou em outro que vier a substituí-lo. [↑](#footnote-ref-1)
2. O concedente ao analisar o plano de trabalho, poderá ser deferido por meio da inclusão no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias, no endereço <http://convenio.to.gov.br/Account/Login.aspx>, ou em outro que vier a substituí-lo, ou comunicará ao proponente as irregularidades ou imprecisões que deverão ser sanadas no prazo estabelecido pela concedente, ensejando, em casos de não atendimento, seu indeferimento. Art. 7º do Decreto Estadual nº 5.815/18. [↑](#footnote-ref-2)
3. As entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do **Sistema de Registro de Preços - SRP** dos entes federados. [↑](#footnote-ref-3)
4. Poderá ser aceita, para autorização de início do objeto ajustado, declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que o convenente é detentor da posse da área objeto da intervenção, quando se tratar de área pública, devendo a regularização formal da propriedade ser comprovada até o final da execução do objeto do instrumento. Alternativamente à certidão, admite-se, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, nos seguintes termos do art. 23 da PI MPDG nº 424/16. [↑](#footnote-ref-4)
5. A **contrapartida** poderá ser atendia por meio de recursos, **financeiro ou não**, desde que economicamente mensuráveis: financeira deverá ser depositada na conta bancária especifica do convenio e em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso; a não financeira, quando aceita pelo concedente, será atendida por meio de bens e serviços, desde que relacionados ao objeto do convênio, devendo ser apresentado memória de cálculo que permita mensurar economicamente o valor a ser aportado. Art. 9º, §1º e §2º do Decreto Estadual nº 5.815/18. [↑](#footnote-ref-5)
6. No parecer técnico deverá ser pronunciado de forma expressa, a respeito do mérito da proposta, da modalidade da parceria adotada; da identidade, da reciprocidade de interesse das partes; da viabilidade de execução e verificação do cronograma de desembolso; descrever quais os meios que serão utilizados para a fiscalizar e avaliar (física e financeira) a execução, e o cumprimento das metas e objetivos. [↑](#footnote-ref-6)
7. A numeração sequencial será emitida pelo Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias, no endereço <http://convenio.to.gov.br/Account/Login.aspx>, ou em outro que vier a substituí-lo. [↑](#footnote-ref-7)
8. Neste caso de órgão ou entidade pública, a informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize. [↑](#footnote-ref-8)
9. A classificação da despesa conforme o Manual Técnico de Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias Estadual vigente, deve ser obrigatoriamente classificado nos elementos de despesas “41 - Contribuições”, “42 – Auxílio” ou “43 – Subvenções Sociais” [↑](#footnote-ref-9)
10. Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio, em nome do convenente, em instituição financeira oficial, deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo, enquanto não utilizados na sua finalidade. Art.10º, §§ 4º e 5º do Decreto Federal nº 6.170/07 [↑](#footnote-ref-10)
11. A administração pública promoverá o acompanhamento da execução física do cumprimento do objeto. Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros que, no caso dos empreendimentos enquadrados no inciso III do art. 3º da PI nº 424/16, deve ser acompanhado por funcionário do quadro permanente da mandatária, que participará da equipe e assinará em conjunto os documentos técnicos; delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade; e reorientar ações e decidir quanto a aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento. [↑](#footnote-ref-11)
12. A obrigação de o convenente inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do instrumento que permitam o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma dos arts. 45 e 49/ 51 da PI nº 424/16; [↑](#footnote-ref-12)
13. Constituem motivos para rescisão unilateral do convênio, a critério do concedente: I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas; II - a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; III - o não cumprimento das metas fixadas ou a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho, sem prévia autorização do concedente; IV - a aplicação financeira dos recursos em desacordo com o disposto neste Decreto; V - a falta de apresentação, nos prazos estabelecidos, ou a não aprovação da prestação de contas parcial; VI - a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial. [↑](#footnote-ref-13)
14. Ao detectar impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do convênio, o concedente deve inscrever como **inadimplente** no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias no endereço <http://convenio.to.gov.br/Account/Login.aspx> [,](http://www.gestao.cge.to.gov.br/convenioseparcerias) ou em outro que vier a substituí-lo. [↑](#footnote-ref-14)
15. O repasse, cujo valor não seja superior a R$ 200.000,00, (duzentos mil reais) submetem-se ao prévio exame da assessoria jurídica da unidade gestora, caso seja superior, este deve, obrigatoriamente, ser submetida à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado. Caso tenha a liberação de outros repasse com valores inferiores, com idêntico objeto, ponderando todos os seus elementos e a sua descrição nos planos de trabalho, no caso de liberação de emendas parlamentares individuais distintas já celebradas para mesmo objeto e convenente, devem os processos serem apensados para fins de juntada dos valores, parecer jurídico único, controle, acompanhamento, e prestação de contas unificada [↑](#footnote-ref-15)
16. Somente o Ordenador de Despesa poderá assinar o termo do convênio concedido pelo órgão ou entidade da administração pública estadual, direta ou indireta. Regidos pelo Decreto Estadual nº 4.029/10. [↑](#footnote-ref-16)
17. Deve ser observado o prazo de até 20(vinte) dias a contar de sua assinatura, a publicação do extrato no Diário Oficial do Estado para a eficácia do convênio que somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública. [↑](#footnote-ref-17)
18. Deverá ser informado a competência do fiscal do convênio no teor do termo do Convênio. [↑](#footnote-ref-18)
19. O prazo para comunicar a celebração do convênio à Assembleia e ao TCE será de 30 (trinta) dias após sua publicação do extrato no diário oficial, ou caso haja antes a liberação do recurso, o prazo será até 5 (cinco) dias úteis. [↑](#footnote-ref-19)